

HABEAS CORPUS Nº 548.437 - SP (2019/0356233-4)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : ANTONIO ROBERTO DA SILVA
ADVOGADO : ANTONIO ROBERTO DA SILVA - SP367596
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JOSE CASUSINHA DE ALENCAR FERREIRA
OUTRO NOME : JOSE CASUINHA ALENCAR FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOSE CASUSINHA DE ALENCAR FERREIRA, outro nome JOSE CASUINHA ALENCAR FERREIRA, em face do acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, assim ementado (fl. 55):

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO. Conversão da prestação pecuniária em restritiva de direitos. Possibilidade. Sentenciado que não demonstrou incapacidade para cumprimento da prestação de serviços à comunidade e que sequer pagou a prestação pecuniária imposta. Denegação da ordem.

Consta dos autos que o juízo da execução converteu a pena restritiva de direitos em privativa de liberdade em regime semiaberto, por falta disciplinar de natureza grave.

Sustenta, em síntese, que descumpriu as penas restritiva de direito por se encontrar impossibilitado para exercer o trabalho de qualquer natureza.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para cassar a decisão combatida e determinar que outra seja proferida.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, em que a pretensão trazida, de concessão da ordem para cassar a decisão combatida e determinar que outra seja proferida, é de caráter eminentemente satisfativa, melhor cabendo seu exame no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator